

D E C R E T O Nº 2.556/2009

CELSO BENEDITO DA SILVA, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná declarou por unanimidade inconstitucional as Leis Municipais 1.811/93, de 25/08/93, a Lei Municipal nº 1.900/94, de 08/11/94 e a Lei Municipal 1910/94, de 28/12/94;

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Acórdão nº 239/08, da 1ª Câmara ao analisar a complementação de aposentadoria dos servidores beneficiados pelas Leis acima considerou ser irregular tais benefícios negando o registro das mesmas;

Considerando o compromisso legal do Prefeito Municipal em cumprir a Constituição Federal, Estadual, a Lei Orgânica do Município e as Leis;

Considerando o Relatório emitido pela Comissão Especial nomeada pela Portaria Municipal nº 1.244/2008, de 15/10/2008, que conclui pela cessação do pagamento da complementação de aposentadoria concedida pelas leis acima

R E S O L V E

Art. 1º - Fica suspenso o pagamento de qualquer valor a título de complementação de aposentadoria concedida pelas Leis Municipais 1811/93, 1900/94 e 1910/94, todas declaradas judicialmente inconstitucionais.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 29 de janeiro de 2009.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal